

pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.



**Serviços de Apoio
Domiciliário**
oferta e custos
mercado privado

**Linha de Crédito
de Apoio ao PARES**

**Maior Articulação
entre Sistemas Inspectivos**
Mais e melhor Fiscalização

Segurança Social Directa

Aceda em

www.seg-social.pt

A forma mais rápida das Empresas e dos Cidadãos se relacionarem com a Segurança Social

Editorial

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo,
Instituto da Segurança Social, I.P.

O objectivo principal da segurança social é a protecção nas eventualidades que determinam perda ou diminuição de rendimentos e o apoio aos que mais precisam. A vida é, em grande parte, feita de incertezas e o futuro nem sempre se revela como desejado ou planeado. A segurança social é assim a rede de segurança que acompanha o nosso caminho e é essa a sua grande missão.

A presente edição da Pretextos dá-nos a conhecer algumas respostas e medidas que vão exactamente ao encontro da natureza da segurança social. O Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos é um desses casos. Trata-se de um equipamento único do Instituto da Segurança Social, e até mesmo do país, que visa a reabilitação de pessoas com cegueira adquirida ou baixa visão. Ajuda na promoção da autonomia aqueles que, de repente, se vêem confrontados com uma situação que lhes altera o quotidiano e com a qual a maioria tem muita dificuldade em lidar.

Uma outra medida que se enquadra neste grande desígnio da protecção é o Complemento Solidário para Idosos. Criado como complemento dos baixos rendimentos com que vive uma parte significativa da população idosa, esta prestação, destinada a quem mais precisa, já chegou a mais de 200 mil idosos.

A bem de uma sociedade coesa, equilibrada e justa, a segurança social tem de continuar a reger-se pelos princípios que a norteiam e que a orientam, e que nunca é de mais lembrar:

“Constituem princípios gerais do sistema o princípio da universalidade, da igualdade, da solidariedade, da equidade social, da diferenciação positiva, da subsidiariedade, da inserção social, da coesão intergeracional, do primado da responsabilidade pública, da complementaridade, da unidade, da descentralização, da participação, da eficácia, da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação, da garantia judiciária e da informação.” (Artigo 5.º da Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro).

Ficha Técnica

Proprietário e Editor

Instituto da Segurança Social, I.P.
NIF: 505 305 500

Director

Edmundo Martinho

Coordenação

Ana Paula Martins
Maria João Quedas

Supervisão Técnica

Dina Moura
Vasco Barata

Secretariado

Isabel Ferreirinha
Natalina Luís

Conselho Editorial

Ana Isabel Carvalho, Ana Paula Revez, Andreia Duarte, Arlindo Cardoso, Clemente Galvão, Leocádia Flores, Mateus Teixeira, Maria da Conceição Ferraz, Maria Fátima Andrade, Maria José Ferreira, Maria da Luz Claro, Mónica Baptista, Rita Cortes Castel-Branco, Tânia Fernandes, Teresa Bomba, Vanda Silva Nunes.

Colaboraram nesta edição

Adelaide Banha, Alexandra César, Ana Gil, Ana Margarida Jesus, Ana Teresa Guedes, António Amaro Rodrigues, Carlos Fernandes, Deolinda Gomes, Filomena Gonçalo, Gabinete de Comunicação do ISS, Helena Simões, Isabel Pastor, Liliana Monteiro, Maria José Freire, Maria Luísa Nogueira, Mariana Pereira, Nuno Lourenço, Pedro Pires, Renato Celestino, Rita Pupo, Sandra Araújo, Sandra Martins, Sofia Rasgado, Zélia Brito.

Redacção e Assinatura

Rua Rosa Araújo, 43 • 1250-194 Lisboa
Tel.: 21 310 20 00 • Fax.: 21 310 20 90
E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Data de Publicação

Setembro 2009

Periodicidade

Trimestral

Design e paginação

Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

Impressão

SOGAPAL - Sociedade Gráfica da Paiã, S.A.
Av. dos Cavaleiros, 35-35A • Portela da Ajuda • 2795-626 Carnaxide

Tiragem

32 000 exemplares

Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em www.seg-social.pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.
É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais,
desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Sumário

Editorial	1
Serviços de Apoio Domiciliário	3
Pessoas com cegueira adquirida e baixa visão reaprendem a ganhar autonomia	5
Complemento Solidário para Idosos	9
Linha de Crédito de Apoio ao PARES	10
Inauguração de Equipamento PARES em Famalicão	12
Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentes volta a alimentar quem mais precisa	14
Clique Solidário	15
ISS promove Ciclo de Encontros	15
Maior Articulação entre Sistemas Inspectivos	16
Formação para a Adopção	17
Notícias	18
Ecos	28
Sites: Voluntariado	30
Bibliografia Temática	31

Ana Gil

Bolseira POSDOC da Fundação para a Ciência e Tecnologia
Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto e CESNOVA
Faculdade Ciências Sociais e Humanas da UNL



Serviços de Apoio Domiciliário oferta e custos no mercado privado

O Núcleo de Estudos e Conhecimento do Instituto da Segurança Social (ISS) desenvolveu, em 2008, um estudo intitulado “**Serviços de Apoio Domiciliário: oferta e custos no mercado privado**”. Este trabalho teve como objectivo analisar a oferta dos serviços de apoio domiciliário, bem como os valores estabelecidos no mercado privado e os custos financeiros associados. O levantamento de custos foi antecedido por um enquadramento do actual sistema de serviços de apoio domiciliário, a partir de uma perspectiva histórica e legislativa, sucedida pela descrição dos programas existentes, como pela explicitação de uma sociografia da população abrangida pelos serviços no âmbito do extinto Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII).

Este enquadramento contemplou ainda alguns exemplos do sistema de provisão de serviços de apoio domiciliário existentes na União Europeia. Temos países, como a Suécia e a Dinamarca, onde os serviços são descentralizados pelas regiões e organizados por entidades de âmbito local, e de natureza gratuita. Outros países têm criado prestações específicas

para a dependência. Nestas prestações estão contemplados apoios que permitem o pagamento de serviços domiciliários e cuidados de saúde. É o caso de Espanha, Bélgica, França, este último país, com o Abono Personalizado de Autonomia (APA) e da Alemanha com o seguro de dependência (ramo da Segurança Social). Este seguro de dependência é atribuído de acordo com três níveis de dependência que variam em função das necessidades de assistência e da duração da ajuda, traduzida em minutos e horas. Quer o APA, quer o seguro de dependência, a sua atribuição depende de uma avaliação efectuada por uma equipa médico-social, que estabelece um plano de necessidades e de cuidados, incluindo serviços de apoio domiciliário, de âmbito social e de saúde.

Outros países têm desenvolvido sistemas mistos, contemplado sistemas de financiamento directo aos beneficiários. É o caso de França com o CESU – cheque de emprego. Este constitui um meio de pagamento que permite suportar os serviços usufruídos pelas pessoas, em situação de dependência, a residirem no domicílio. O montante estipulado no âmbito do CESU inclui

serviços como, a preparação e distribuição de refeições, lavandaria, apoio pessoal (com exclusão para os cuidados médicos), companhia, ajuda no transporte, compras, cuidados de estética e assistência administrativa no domicílio. Temos também o exemplo misto Inglês, com um sistema de serviços organizado pelas autoridades locais. O pagamento directo às famílias é um sistema facultativo aos serviços de âmbito local, o qual é pago pelas autoridades locais e dirige-se a todas as pessoas que necessitam de apoio social e que pretendam organizar ou pagar os seus próprios cuidados ao invés de receber directamente os serviços provenientes da comunidade local. No caso Inglês, o sector privado lucrativo é responsável pela prestação de 70% dos serviços de apoio à população idosa.

O caso de Espanha parece-nos pertinente pelo modelo de financiamento que está a ser implementado em algumas regiões. Não existe um financiamento directo às instituições, mas são lançados anualmente concursos públicos, aos quais as entidades lucrativas e não lucrativas se candidatam, mediante um caderno de encargo, devidamente especificado, para os serviços de apoio pessoal, alimentação e lavandaria prestados no domicílio. Nas actividades de âmbito pessoal, podem concorrer também profissionais, devidamente qualificados, para a prestação de serviços. Existe uma estreita articulação entre o Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais, dado que se privilegia grupos de risco, desempregados de longa duração, imigrantes, de forma não só a fomentar o emprego, como também a valorizar estes serviços como actividades socialmente úteis.

Reflectindo sobre o actual sistema de serviços de apoio domiciliário, em Portugal, considera-se que o reforço de um sistema de provisão de serviços, estruturado numa lógica social, aliada a uma vertente de saúde e de reabilitação, permitirá, de forma mais eficaz, responder ao público-alvo, que como se conclui através das fontes disponíveis (PAII), é uma população com necessidades crescentes de saúde e de apoio social. Assim, apostar em serviços onde impere a diversidade da oferta e a liberdade de escolha de um pacote de serviços, que não se reduzam ao simples “banho ou à marmita”, mas coloquem à disposição, transporte, acompanhamento ao exterior, companhia, reparação de electrodomésticos e habitacionais, cabeleireiro, actividades ocupacionais e serviços de âmbito mais especificado, como os cuidados médicos, enfermagem e de reabilitação, parece-nos uma forma de ultrapassar o modelo vigente. Apostar na amplitude e diversidade de serviços, baseado na comparticipação nominal de serviços usufruídos e de acordo com as necessidades individuais, previamente identificadas por uma equipa médico-social, polarizada em parcerias entre segurança social e saúde, poderia constituir uma estratégia de requalificação do actual modelo de serviços de

apoio domiciliário. Aliás, existem já iniciativas que traduzem uma preocupação em garantir padrões de qualidade dos serviços de apoio domiciliário. Temos o exemplo, do manual de avaliação da qualidade dos serviços de apoio domiciliário. Neste âmbito e com o objectivo de constituir um referencial normativo que permita avaliar a qualidade dos serviços prestados e consequentemente diferenciar positivamente as Respostas Sociais, o ISS, desenvolveu Modelos de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais, aplicáveis a Lar Residencial, Centro de Actividades Ocupacionais, Lar de Infância e Juventude, Centro de Acolhimento Temporário, Estruturas Residenciais para Idosos, Creches, Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário.

Outro referencial importante a realçar é o financiamento directo às famílias, que está a ser já implementado nas unidades de internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Esta experiência-piloto poderá servir de referencial para outras respostas sociais.

O financiamento directo às famílias ao assentar no princípio da discriminação positiva, competiria ao cliente escolher no mercado social a entidade (lucrativa ou não lucrativa) prestadora dos serviços que melhor respondesse às suas necessidades. O Estado entregaria directamente ao beneficiário um determinado montante pelos serviços usufruídos ou directamente a uma entidade gestora, à semelhança do que está a decorrer na RNCCI.

Este sistema, para além de ser muito mais transparente, assentaria na relação directa entre o Estado e o beneficiário e promoveria a protecção ao cidadão e o princípio da discriminação positiva. Este segundo cenário levanta uma questão subsequente: que valor a compartilhar?

Tendo como referencial os valores de mercado no sector privado, baseados no valor hora (varia entre 4 a 8 euros), os montantes financiados às IPSS (230,17 € em 2008) e os valores pagos pela ADSE (no caso de apoio pessoal 8 €/dia, mensal 240 €), esse valor reverteria directamente às famílias que assim teriam liberdade de escolher no mercado a melhor solução de resposta às suas necessidades efectivas.

Uma maior adequação do modelo vigente de serviços de apoio domiciliário às necessidades da população, alicerçado numa lógica exclusivamente social, de resposta às necessidades básicas, pouco diferenciadora, em termos de comparticipação por parte da Segurança social, e com uma oferta de serviços limitada, é premente ser redimensionada para responder à questão da dependência, como contribuir para a permanência da pessoa idosa no seu domicílio e contexto social. □



Pessoas com cegueira adquirida e baixa visão reaprendem a ganhar autonomia

O Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos (CRNSA) recebeu no passado dia 15 de Julho a visita da Pretextos. Quisemos conhecer de perto um equipamento exemplar, que procura a excelência no serviço que presta aos seus utentes e à comunidade.

Esta visita foi guiada pela Directora, Conceição Luís, que conversou connosco enquanto visitávamos as renovadas e agradáveis instalações.

Ficámos também a conhecer alguns Técnicos e pessoal não Técnico, bem como alguns utentes com cegueira adquirida e baixa visão.

O CRNSA é um estabelecimento integrado do Centro Distrital de Lisboa (CDist. Lisboa), de âmbito nacional, que trabalha a problemática da reabilitação em pessoas com cegueira adquirida ou baixa visão, de ambos os sexos e com idade superior a 16 anos.

Um dos aspectos salientados pela Directora, e de que nos demos conta de imediato, foi de que os objectivos desta instituição passam por promover a reabilitação global e específica das pessoas com cegueira recente ou baixa visão dotando-as de competências que lhes permitam readquirir as

autonomias perdidas e reassumir um papel activo na família e na comunidade.

Este Centro tem capacidade para 30 utentes, no máximo 22 internos, dependendo este número da procura, já que não têm listas de espera.

Neste momento a frequentar o programa global de reabilitação estão 18 utentes. A faixa etária e o género, é muito variável, segundo Conceição Luís “de Setembro de 2008 a Julho de 2009 foram maioritariamente do sexo feminino”.

A maioria dos utentes situa-se no intervalo dos 21 a 25 anos, o que corresponde a 19,2%, seguido da faixa dos 36 a 40 anos com 15,4%. Sendo as pessoas com cegueira adquirida ou baixa visão uma população que por vezes sofre problemas de exclusão social, o CRNSA tem várias valências de maneira a proporcionar uma maior autonomia e confiança dos utentes, são elas:

- Reabilitação Funcional:
 - Terapia Ocupacional;
 - Actividades da Vida Diária;
 - Artesanato;
 - Ateliers;



- Actividade Motora;
- Orientação e Mobilidade;
- Ensino da Leitura e Escrita Braille;
- Ensino das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC I e TIC II);
- Arte-terapia;
- Natação;
- Yoga;
- Apoio Psicológico e Apoio Social;
- Apoio e Acompanhamento à Inserção Social;
- Apoio e Acompanhamento às Famílias.

- Pós Reabilitação:

- Centro de Manutenção de Competências;
- TIC II;
- Reciclagens.

Para todas estas valências têm uma equipa de Técnicos e Pessoal não Técnico, motivado e empenhado na melhoria do dia-a-dia dos utentes e na promoção da autonomia, nomeadamente:

- Dois Terapeutas Ocupacionais; um Psicólogo; um Técnico de Serviço Social; um Técnico de Reabilitação e Inserção Social; um Técnico de Educação Especial e Reabilitação; um Professor de Artes Plásticas; um Assistente Técnico para a área de Informática.
- O Pessoal não Técnico, é diferenciado, com formação profissional específica para as áreas de TIC I; Orientação e Mobilidade; Braille e Actividades de Vida Diária, que promovem o ensino destas áreas sob supervisão técnica.

Conceição Luís e os Técnicos do CRNSA são da opinião de que o ideal, uma vez que este trabalho é eminentemente técnico, é que todo o pessoal envolvido na acção directa seja técnico especializado da área que ensina.

Assim, para a Comunicação são necessários Assistentes Técnicos para as áreas de Informática e Braille.

Para Orientação e Mobilidade são necessários Assistentes Técnicos de Reabilitação, Inserção Social e Reabilitação Psicomotora.



Para a Terapia Ocupacional e as Actividades de Vida Diária são necessários Terapeutas Ocupacionais. Havendo também a necessidade de garantir alguém para as áreas específicas de Psicologia e Serviço Social.

Estando a saúde mental por vezes associada com a cegueira,



seria bom poder estabelecer uma parceria ou acordo com um Serviço de Psiquiatria, e para as cegueiras adquiridas por razões neurológicas, contar com o apoio de neurofisiologia (área da saúde).

Durante a visita constatámos que este equipamento está dotado de meios físicos e técnicos que facilitam a autonomia dos utentes e a percepção das coisas. Conceição Luís disse-nos que o trabalho desenvolvido com os utentes é feito naturalmente, aproveitando o espaço físico e o equipamento adequado. Em termos de equipamento informático, utilizam os sintetizadores de voz e ampliadores de ecrã, por ser o mais funcional para os utentes que recebem.

Já bastante entusiasmados com a visita às agradáveis instalações deste equipamento e com a observação "in loco" do que ali se faz, quisemos perceber melhor como começa e acaba o dia no CRNSA pelo que colocámos essa questão à Directora.

Esta começou por dizer que há que distinguir os utentes internos, dos externos. No caso dos primeiros, as rotinas iniciam-se às 7h30 com o levantar, a higiene, a arrumação do quarto, a escolha da roupa que vão vestir, o pequeno-almoço e o início das actividades de reabilitação às 8h45.

As actividades fazem parte de um plano de intervenção individualizado de acordo com as competências e interesses de cada utente. Têm a duração de 50 minutos, são sequenciais e interrompem para almoço às 12h30. Recomeçam às 14h00 até às 16h00, que é a hora do lanche.

Após as actividades que compõem o dia em reabilitação iniciam-se as actividades viradas para a ocupação de tempos livres, reforço da auto-estima e promoção das autonomias. Aqui estão incluídas: o Yoga, os espaços de leitura e a declamação, os passeios e as reuniões temáticas.

Jantam às 19h, convivem entre si e vêem TV. Os que quiserem podem sair para tomar café. Depois ceiam por volta das 22h00 e até à meia-noite vão dormir.

Relativamente aos externos apenas varia o início e o fim do dia, sendo que as actividades se iniciam às 8h45 e terminam quando finaliza o programa diário de reabilitação, altura em que regressam a casa.

Também quisemos saber se para além das actividades diárias o CRNSA promove actividades de lazer fora do Centro, ao que Conceição Luís respondeu afirmativamente, dizendo mesmo que fazem muitas (ex: visitas a museus, ao oceanário, ao teatro, vão a concertos, jantam em casas de Fado, fazem canoagem e pequenos passeios pontuais a pedido dos utentes, como ir aos Pastéis de Belém lanchar ou ao Parque das Nações apanhar sol), todas estas saídas são feitas em transportes públicos, o que tem a dupla função de juntar o prazer ao ensino da mobilidade em transportes.

Recentemente o CRNSA, em parceria com o estilista Dino Alves e várias marcas de prestígio, fizeram uma passagem de



modelos no Museu da Electricidade, em Lisboa. Conceição Luís confessou-nos que mais que uma experiência agradável, foi uma experiência única no campo da inserção.

“A adesão dos profissionais da moda a um projecto que não é o seu dia-a-dia aconteceu de uma forma tão natural que provocou nos utentes a sensação de que, por um dia, fizeram parte do mundo restrito da moda, onde dificilmente entrariam ainda que fossem normo-visuais. Tudo isto teve como reflexo imediato, um enorme aumento da sua auto-estima”.

Outra das nossas curiosidades foi saber se no dia-a-dia esta instituição se depara com dificuldades e de que género. A equipa confessou-nos que as maiores dificuldades são manter o pico da motivação dos utentes que normalmente só se consegue ao fim de 2 a 3 meses de reabilitação e que se vai desvanecendo à medida que se aproxima o fim da reabilitação, por não haver continuidade da reabilitação na sociedade, já que este é um processo contínuo.

Já para os Técnicos, as dificuldades prendem-se com a heterogeneidade nas dificuldades dos utentes, ou seja não se prendem com a intervenção propriamente dita, mas com factores exógenos ao processo, no decurso do mesmo e/ou após o mesmo, nomeadamente a falta de respostas estruturais no exterior e muitas vezes na própria família.

Para os utentes, as dificuldades estão na adaptação à nova realidade, aos factores físicos ou doenças associadas, às perdas associadas à perda de visão (o trabalho, os amigos e muitas vezes a família), a angústia face ao futuro.

Mas como as dificuldades, não valem por si só, quisemos saber

quais os aspectos positivos que retiram de todo o trabalho desenvolvido e experiência de vida adquirida.

Conceição Luís frisou que passa muito pela gratificação que se retira com a evolução do programa de reabilitação dos utentes. Na cegueira adquirida, o empenho, a dedicação e o esforço de cada técnico reflecte-se a curto prazo, com a aquisição das autonomias. Os utentes, quando chegam ao Centro, em geral, chegam sem objectivos de vida, com esperanças infundadas ou com projectos não exequíveis. Ajudar na construção de um novo projecto e/ou na sua reformulação é o papel do CRNSA, e o reconhecimento de que foi desenvolvido um bom trabalho por parte de todos e houve um grande empenho do utente. No que toca a apoios (patrocínios, mecenato, etc.) vindos do exterior, não existem.

Fazem-se pontualmente parcerias com outros organismos públicos e privados para a organização de palestras e reuniões, com o objectivo de apresentar determinada temática e esclarecer dúvidas.

Quer por parte do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, quer por parte do CDist. Lisboa, o apoio tem sido bastante facilitador no que concerne à aquisição de equipamento e à aprovação dos projectos propostos.

Com pena nossa, terminamos a visita ao CRNSA, mas não sem antes perguntarmos a Conceição Luís quais as aspirações desta casa para o futuro, ao que esta respondeu:

- Que a existência do Centro seja do conhecimento de todas as pessoas com deficiência visual;
- Que se consiga aumentar a qualidade da reabilitação pela frequência diária em cada uma das áreas existentes;
- Que se possa promover formação contínua com estágios de observação e aprendizagem de outros modelos existentes noutros países para requalificar e adaptar a resposta;
- Que seja possível inverter o processo de formação profissional a partir das necessidades do mercado, credenciando o Centro como entidade formadora para o mercado de trabalho;
- Que se faça a requalificação profissional do pessoal que exerce funções técnicas sem que a sua categoria profissional a isso corresponda, e que se desenvolva um núcleo de investigação na área da cegueira e baixa visão, estabelecendo parcerias com Universidades.

Da parte da Pretextos resta-nos desejar a continuação deste excelente trabalho! □

Para mais informações:

Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos

Morada: Travessa do Recolhimento Lázaro Leitão, nº 19

1100-431 Lisboa

Tel.: 21 810 50 80

E-mail: centrodereabilitacao@crnsa.org.pt



COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

Uma prestação social em progressão

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é uma prestação social destinada a combater a pobreza entre a população idosa. Criada pelo Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro, para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2006, tem-se revelado um importante instrumento na correcção das assimetrias de rendimento existentes em Portugal. O CSI traduz uma evolução significativa da anterior política de mínimos sociais para idosos, garantindo-lhes em 2009, um rendimento mínimo anual de €4.960,00 (pessoa isolada) e €8.680,00 (casal) em vez dos €2.620,52 (pessoa isolada) e €5.241,04 (casal), garantidos através da Pensão Social.

Trata-se de uma medida cuja implementação tem obtido significativo êxito observado nos elevados níveis de adesão, que de forma progressiva se têm verificado desde a sua criação e que se evidencia nos dados que se apresentam no quadro seguinte:

	2006	2007	2008	Até 17 Julho 2009	Total
Req. Entrados	23.201	51.002	184.682	48.744	307.629
Req. Deferidos	18.594	39.451	125.997	32.797	216.839

O elevado mas criterioso número de requerimentos deferidos é bem revelador da eficácia desta medida no

combate à pobreza dos idosos e no reforço do princípio da justiça social.

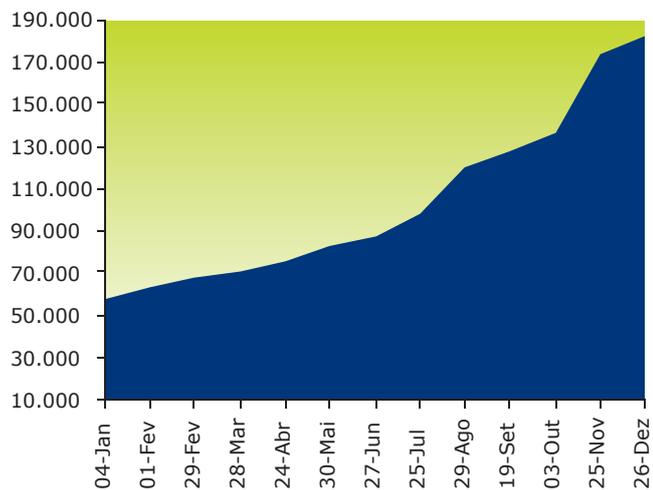
Cabe, no entanto salientar que o êxito até agora alcançado, só foi possível graças ao grande empenho e profissionalismo que todos os profissionais envolvidos neste processo, nele depositaram. Graças a este empenho, foram levadas a cabo um vasto conjunto de iniciativas que permitiram uma maior aproximação da população alvo e conseqüentemente, uma ampla divulgação da medida.

Só no ano de 2008, a par das medidas de desburocratização do acesso à prestação, nomeadamente através da simplificação do requerimento, que por si só teve um elevado impacto no aumento do número de requerimentos entrados, destacam-se ainda, a título exemplificativo: a aproximação da medida ao idoso, nomeadamente através do envio em massa, de circulares de divulgação da medida aos potenciais destinatários; a colaboração de interlocutores locais, da Rede de Instituições Solidárias que se encontra activa em todo o território nacional e conta hoje com 418 Instituições a operar no terreno e das autarquias; o Programa Jovens Solidários actualmente em curso em 127 Concelhos, no qual operam cerca de 115 voluntários; a utilização de postos móveis de atendimento;

a criação do centro de contacto telefónico e de acções de formação, entre outras.

O resultado destas medidas é visível na evolução do gráfico que se segue:

Evolução Beneficiários CSI Deferidos/Aguardar Renovação - Ano de 2008



Neste momento e de acordo com os dados disponíveis a 17 de Julho de 2009, mais de 300 mil idosos aderiram a esta medida, tendo os respectivos requerimentos sido recepcionados nos serviços da Segurança Social dispersos por todo o país, dos quais, mais de 216 mil viram o seu processo deferido.

Os resultados alcançados constituem uma forte motivação para que os profissionais envolvidos continuem empenhados em tudo fazer para que a medida chegue a todos os potenciais destinatários, contribuindo assim para a erradicação da pobreza dos idosos no nosso país.

O apoio concedido não se limita a acrescentar um complemento ao rendimento mensal de pensionista idoso. Ele é, simultaneamente, complementado com um sistema adicional de saúde através dos designados Benefícios Adicionais de Saúde (BAS). Segundo os últimos dados disponíveis, já usufruíram dos BAS cerca de 19 mil beneficiários do CSI, a quem foram reembolsados mais de €761.000,00 gastos em medicamentos, óculos ou próteses.

O trabalho de combate à pobreza continua no ano em curso através da aposta na continuidade da concentração dos recursos disponíveis nos estratos com menores rendimentos, na atenuação das situações de maior carência de forma mais célere e na solidariedade familiar, enquanto forma de expressão de uma responsabilidade colectiva e de coesão social. □

Ana Paula Martins

Gabinete de Comunicação
Instituto de Segurança Social, I.P.
ana.p.martins@seg-social.pt

Para minimizar as dificuldades sentidas pelas entidades no acesso ao financiamento privado, o Instituto da Segurança Social estabeleceu com a Caixa Geral de Depósitos um protocolo com o objectivo de disponibilizar uma linha de crédito, no montante global até 50 milhões de euros, destinada a financiar a componente privada dos projectos de equipamentos sociais aprovados no quadro do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

O objectivo principal desta linha, criada a 1 de Julho de 2009, é de facilitar o acesso ao crédito às entidades que ainda não assinaram contrato, por não terem demonstrado capacidade financeira para realizar o projecto, mas também àquelas que, tendo já assinado contrato, revelam dificuldades em suportar a componente privada do investimento.

A linha de crédito destina-se às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) e equiparadas, com projectos PARES aprovados, notificadas para celebração de contrato de comparticipação financeira ou com contrato já assinado, com obra a decorrer ou ainda por consignar.

A Caixa Geral de Depósitos analisa os pedidos de apoio financeiro caso a caso, reservando-lhe o direito de concessão de crédito em resultado da análise da elegibilidade dos projectos, nas condições previstas na presente linha, e da análise da respectiva viabilidade económica-financieira.

A componente privada do investimento associado a projectos PARES aprovados e objecto de financiamento, ou seja, componente não financiada pelo PARES, são

Linha de Crédito de Apoio ao



Programa de Alargamento
da Rede de Equipamentos Sociais



relativos a: construção de raiz de edifícios; ampliação ou remodelação de edifícios ou fracções; aquisição de edifícios ou fracções; aquisição de equipamento móvel destinado ao apetrechamento dos equipamentos; projectos técnicos de arquitectura e engenharia.

Os pedidos de financiamento são apresentados directamente pelas entidades promotoras de projectos PARES nas agências da Caixa Geral de Depósitos onde têm conta bancária domiciliada ou venham a abrir para acesso à linha de crédito. Nesta conta serão ainda movimentados, em exclusivo, todos os recebimentos e pagamentos referentes à execução do projecto financiado pelo PARES.

São condições de financiamento o valor máximo do "spread" de 2,5 % e o prazo do empréstimo: para construção, remodelação ou aquisição de edifícios de 15 anos; para projectos técnicos e equipamento móvel de 5 anos.

Os prazos das operações são:

- Até 5 anos, incluindo um período de carência (utilização + diferimento) até 1 ano, no caso de aquisição de equipamento móvel destinado ao apetrechamento das infra-estruturas sociais elegíveis e projectos técnicos de arquitectura e engenharia;
- Até 15 anos, incluindo um período de carência (utilização + diferimento) até 2 anos, no caso de construção de raiz de edifícios, ampliação e ou remodelação, de edifícios ou fracções, bem como aquisição de edifícios ou fracções.

Programa PARES

O Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) foi criado pela Portaria n.º 426/2006, de 02 de Maio, com o objectivo prioritário do alargamento e da consolidação da rede de equipamentos sociais em Portugal Continental, mediante o aumento significativo da capacidade instalada nas áreas sociais identificadas como prioritárias e nas regiões onde foram diagnosticadas necessidades mais prementes.

O Programa assenta numa estratégia de parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) e equiparadas. Estratégia que se tem procurado dinamizar, de modo a que o Programa atinja os seus objectivos no mais curto espaço de tempo possível. Desde a sua criação decorreram três fases de candidaturas.

O PARES contribui para o reforço da protecção social no combate à pobreza, na protecção da família e na melhoria das condições de vida dos seniores e das pessoas com deficiência, e ainda na criação de novos postos de trabalho, traduzidos no apoio ao investimento em equipamentos sociais.

Resultados PARES

Mais de 400 creches frequentadas por mais de 16.500 crianças.
Mais de 90 Respostas Sociais frequentadas por mais de 1.200 pessoas com deficiência.

Mais de 550 Lares de Idosos, Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário que prestam serviço a mais de 16.400 idosos.

Mais de 9.000 postos de trabalho. □

Inauguração de Equipamento PARES em Famalicão faz balanço do Programa

O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, José António Vieira da Silva, inaugurou no dia 28 de Julho, o novo Centro Social da Cooperativa Mais Plural, em Vila Nova de Famalicão, equipamento social, que foi financiado no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES). De acordo com o Ministro este é “um dos equipamentos sociais de primeira linha do país e aquele que melhor exprime o espírito do PARES”.



O Presidente da Câmara Municipal de Famalicão, Armindo Costa, deixou largos elogios à nova instituição famalicense, antecedido da Presidente da Direcção da Cooperativa, Manuela Pinto, que se mostrou muito satisfeita com a obra realizada.

O momento alto desta cerimónia foi a assinatura de protocolos entre a Cooperativa Mais Plural e três empresas do Concelho, e

com o Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE) para a implementação de acções de sustentabilidade social e melhoria da qualidade de vida.

Coube depois ao Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, assinalar que o novo centro social foi “o maior equipamento executado no âmbito do Programa”. Ao todo, o PARES apoiou a construção de 600 equipamentos que, quando



estiverem a funcionar, vão criar mais mil respostas sociais. Em termos de utentes, são mais 16 mil crianças que vão ser acolhidas em valências para a infância e mais 16 mil lugares para idosos. Na área da deficiência, o PARES vai criar mais um milhão de lugares, referiu Pedro Marques. A construção de 600 novos equipamentos sociais vai permitir também criar mais de nove mil postos de trabalho.



O Centro Social da Cooperativa Mais Plural implicou um investimento de mais de três milhões de euros, estando agora em condições de receber mais de duas centenas de crianças e idosos, nas valências de creche, jardim-de-infância, centro de actividades de tempos livres, lar de idosos, centro de dia e apoio domiciliário.

Vieira da Silva, elogiou ainda o facto da Mais Plural “ter cumprido rigorosamente” todos os critérios da selecção de candidaturas do PARES, nomeadamente “ser uma resposta à necessidade territorial, a capacidade da instituição cativar parceiros que deram boas garantias de execução do projecto e capacidade de concretização, respeitando o previsto e os custos estimados”.

Do programa de inauguração constou ainda a apresentação das novas funcionalidades do Portal da Carta Social na óptica do Cidadão, por João Gonçalves do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, e do mesmo Gabinete, Rui Nicola apresentou os números e pormenores do Estudo de impacto global do PARES na Rede de Equipamentos Sociais. Este estudo mostra que o Programa, com conclusão apontada para 2010, permite superar todas as metas definidas para as várias respostas sociais. Os dados do estudo apontam para os resultados de mais de 400



creches frequentadas por mais de 16.500 crianças, mais de 90 Respostas Sociais frequentadas por mais de 1.200 pessoas com deficiência e mais de 550 Lares de Idosos, Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário que prestam serviço a mais de 16.400 idosos.

Também nesta Sessão, o Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, Edmundo Martinho, anunciou a criação do novo Prémio de Arquitectura PARES. Este tem como objectivo distinguir os melhores projectos de execução, relativos a obras de construção de raiz de equipamentos sociais, um por cada área de intervenção – Infância, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência – projectos esses que, pelas suas concepções formais e construtivas constituam referências arquitectónicas de qualidade.

Tratando-se de “uma obra emblemática do PARES”, como destacou Vieira da Silva, a cerimónia de inauguração foi aproveitada para o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social fazer o balanço de todo o programa de alargamento da rede de equipamentos sociais no país, tendo sido anunciadas novas medidas de apoio à inclusão social, nomeadamente um aumento de 10 a 15 por cento na verba destinada às instituições sociais do Distrito de Braga.

Antes do final, com o Verde de Honra oferecido pela “Mais Plural”, foi assinada a Carta de Outorga da inauguração do novo equipamento. □



Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados volta a alimentar quem mais precisa

O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) é uma acção anualmente promovida pela Comissão Europeia e executada pelos Estados-Membros que, utilizando as existências de intervenção de vários produtos agrícolas, visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas na Comunidade Europeia.

Podem ser beneficiários do PCAAC, desde que em território nacional, todas as famílias e pessoas, instituições e utentes, cuja situação de dependência social e financeira for constatada e reconhecida com base nos critérios de elegibilidade aprovados por Despacho, de 6 de Fevereiro de 1996, do então Secretário de Estado da Inserção Social.

A execução do plano de distribuição dos produtos abrange todo o território nacional, realizando-se em Portugal Continental em duas fases (sob a coordenação dos respectivos Centros Distritais de Segurança Social) e nas Regiões Autónomas numa única fase (sob a coordenação do Centro Regional de Segurança Social da Madeira e do Instituto de Acção Social dos Açores).

Em 2008 foram abrangidos 393.287 Beneficiários e 2.242 Instituições, tendo sido distribuídas 7.569,48 toneladas de alimentos.

Considerando as sugestões dos interlocutores do PCAAC de cada Centro Distrital, Centro Regional de Segurança Social da Madeira (CSSM) e Instituto de Acção Social dos Açores (IAS), os quais têm um contacto privilegiado e directo com os beneficiários do programa, foi efectuada uma nova proposta de produtos a distribuir no âmbito do PCAAC 2009.

Para 2009 foi atribuído a Portugal o valor global de 22.269.778,70 euros, que corresponde a:

- a) Produto Açúcar (excedente) – 2.158 Toneladas.
- b) Dotação em euros para a aquisição de produtos no mercado comunitário:
 - Cereais: 2.623.162 euros
 - Arroz: 3.074.726 euros
 - Leite em Pó Desnatado: 16.571.890,70 euros.

Os concursos para os produtos do PCAAC 2009, que decorreram no Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), já estão concluídos aguardando apenas a assinatura dos contratos com as empresas adjudicadas. A distribuição dos alimentos terá início em Setembro. □

Clique Solidário

Um programa de sucesso na promoção da literacia digital junto da população mais marginalizada

O Programa Clique Solidário decorreu de um contrato-programa celebrado entre o Instituto da Segurança Social (ISS) e o Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POSC), que teve como objectivo contribuir para a criação de uma sociedade de informação inclusiva.

Com este propósito, entre os anos 2003 e 2007, foi atribuído um financiamento a instituições sem fins lucrativos que actuam na área da solidariedade social para aquisição de equipamento para instalação de um espaço internet no qual decorreriam acções de natureza formativa conducentes à certificação de competências básicas em tecnologias de informação.

Foram criados 159 espaços de acesso gratuito à internet e abertos à comunidade em todo o território nacional, alguns dos quais apetrechados com equipamentos para cidadãos com necessidades especiais.

O Programa abrangeu 65.281 destinatários, dos quais 50.360 frequentaram acções de natureza formativa e 52.953 acções de certificação, tendo sido atribuídos 52.092 Diplomas de Competências Básicas em Tecnologias de Informação.

Os destinatários deste Programa correspondem a grupos alvo diferenciados, sendo de realçar a participação de grupos mais vulneráveis como crianças e jovens em risco, desempregados, beneficiários do Rendimento Social de Inserção, pessoas com deficiência, sem-abrigo, toxicodependentes e portadores do vírus HIV/SIDA. De assinalar também a participação dos idosos, que concorreu para a promoção do contacto inter-geracional nos espaços.

O Clique Solidário foi considerado um programa de sucesso pelo POSC e pela Comissão Europeia uma vez que constituiu um importante contributo para a promoção da literacia digital, ao dotar de competências básicas os menos aptos ou menos dotados de recursos, actuando de forma antecipatória e preventiva junto das franjas mais marginalizadas da população. □



ISS promove Ciclo de Encontros "Criatividade e Inovação: Imaginar - Criar - Inovar"

O Instituto da Segurança Social (ISS), no âmbito do Ano Europeu da Criatividade e Inovação, irá promover um Ciclo de 4 Encontros sob a designação: Encontros Temáticos ISS - CRC "Criatividade e Inovação: Imaginar - Criar - Inovar".

Estes têm como objectivo discutir o tema da Criatividade e Inovação numa perspectiva pluridisciplinar e proporcionar um espaço de reflexão e debate tendo em conta uma matriz participativa.

Para a dinamização dos Encontros foram convidados oradores com relevo no meio académico, por terem desenvolvido trabalho científico no âmbito desta temática:

1º Encontro

8 de Outubro

Criatividade, Inovação e Sociedade do Conhecimento

Prof.ª Doutora Isabel Salavisa (ISCTE) e Prof. Doutor Reginaldo de Almeida (UAL);

2º Encontro

22 de Outubro

Criatividade, Inovação e Modernização Administrativa

Prof. Doutor João Bilhim (ISCSP-UTL) e Prof. José Fernando Orvalho da Silva (ISCSP-UTL);

3º Encontro

5 de Novembro

Criatividade, Inovação e Diversidade Cultural

Prof.ª Doutora Maria Lucinda Fonseca (CEG-UL) e Prof.ª Doutora Maria Manuela Costa Malheiro (UNIV-AB);

4º Encontro

19 de Novembro

Criatividade, Inovação e Desenvolvimento Sustentável

Prof. Doutor João Farinha (FCT-UNL) e Prof. Doutor João Lutas Craveiro (FCSH-UNL).

Os Encontros terão lugar pelas 16h00, no Auditório do ISS, Rua Castilho, n.º 5 – r/c, em Lisboa. □



Zélia Brito e Deolinda Gomes

Departamento de Fiscalização
Instituto de Segurança Social, I.P.
zelia.brito@seg-social.pt
deolinda.f.gomes@seg-social.pt

Maior articulação entre Sistemas Inspectivos Mais e Melhor Fiscalização

No desenvolvimento da actividade do Departamento de Fiscalização do Instituto da Segurança Social (ISS), a articulação com outros sistemas inspectivos e entidades policiais várias é cada vez mais uma rotina e condição essencial para melhorar sinergias, rentabilizar esforços e maximizar resultados.

Esta articulação pode ser concretizada das mais diversas formas, por orientação dos dirigentes dos serviços envolvidos e consoante a realidade que se pretende investigar em cada situação específica. Todavia, pode também decorrer de planos de acção sectoriais previamente concebidos, com vista, à realização de acções inspectivas em determinados sectores de actividade considerados como áreas de maior risco de fraude contributiva.

Não obstante, convém salientar que a articulação não se esgota na colaboração na área da fraude contributiva, mas também e já com algum enfoque na área de fiscalização aos equipamentos sociais, onde as parecerias com a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), Polícia de Segurança Pública (PSP), a Inspeção Tributária (IT), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e outras entidades responsáveis em vários sectores são cada vez mais, uma realidade indispensável.

No presente artigo apenas daremos a conhecer, embora já com algum pormenor, a forma de articulação desenvolvida pelo Serviço de Fiscalização (SF) de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito da cooperação atrás referida, e no que concerne à actividade fiscalizadora de contribuintes, tendo em vista o apurar de irregularidades por parte destes, para com as diversas Entidades intervenientes nas acções.

Assim, estas intervenções no terreno surgem na sequência de reuniões interinstitucionais informais realizadas na Direcção Geral dos Impostos (DGCI), mensalmente, com a presença de vários Serviços de Inspeção e Autoridades Policiais (DGCI/

IT, ISS/SF, ACT, DGAIEC, IGAC, IMTT, ASAE, SEF, PSP e GNR¹);

Nas referidas reuniões cada Instituição propõe a realização de acções, indicando o alvo que pretende fiscalizar e deixando à consideração dos demais se querem ou não participar.

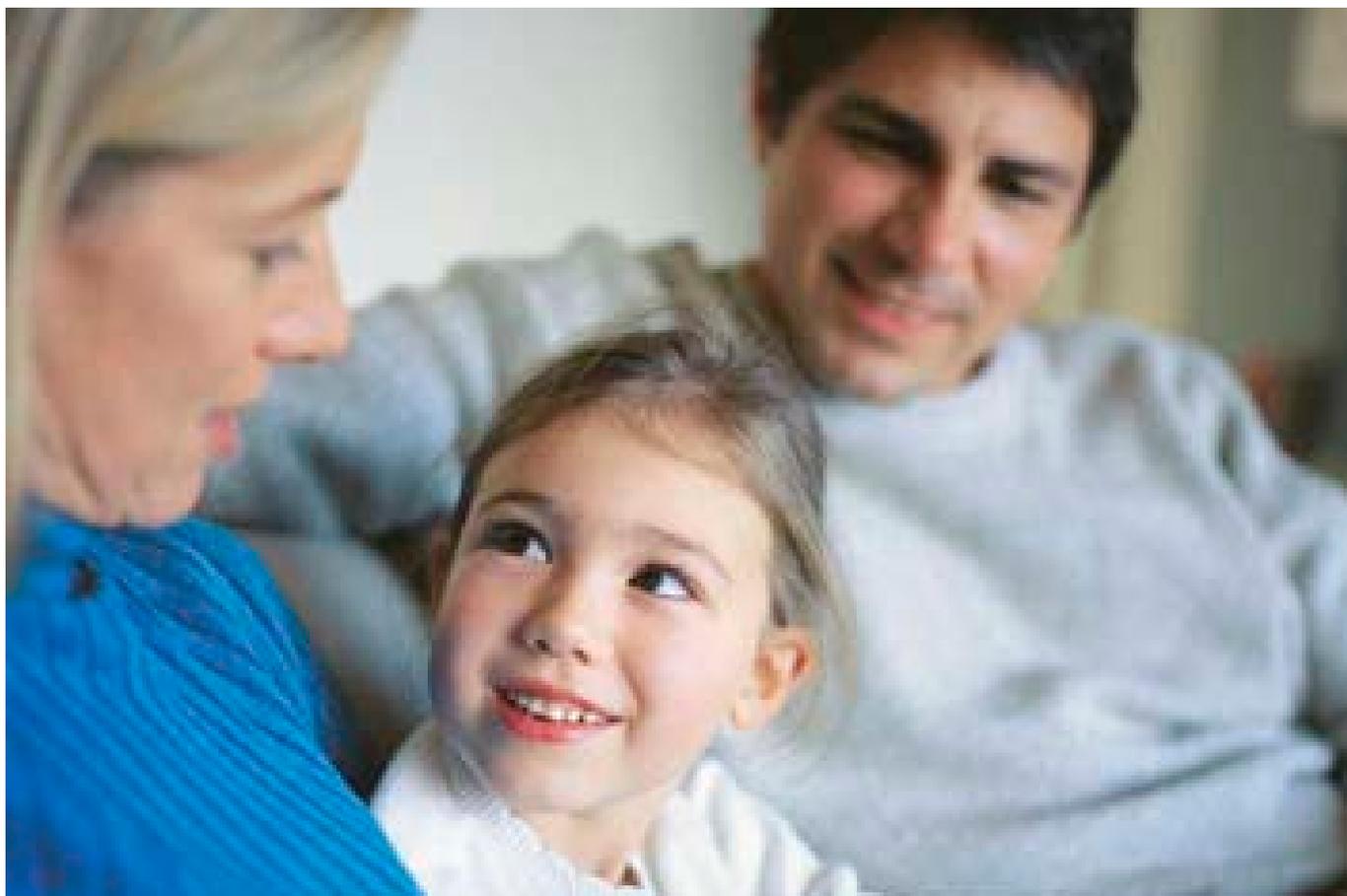
Normalmente, as acções são propostas, com base em denúncias, que na maior parte dos casos, envolvem mais do que uma das Entidades (ex.: se a denúncia disser respeito a fuga de contribuições e de impostos, ou se fizer referência à existência de estrangeiros ilegais interessa, desde logo, às três entidades fiscalizadoras – ISS/SF, DGCI e SEF, embora as outras entidades também possam participar).

Quando não existem denúncias em concreto, mas consta do plano de acção de qualquer das entidades a fiscalização de determinado sector de actividade, (ex.: construção civil), selecciona-se uma das zonas já referenciadas em anteriores intervenções nas quais, sistematicamente, se encontram contribuintes faltosos e opta-se por efectuar as denominadas “arruadas” ou seja, intervém-se em todos os contribuintes estabelecidos nessa zona.

A entidade que propõe a acção fica responsável por efectuar o levantamento das condições em que decorrerá a acção, designadamente, horário de funcionamento, dia de descanso semanal, condições físicas dos edifícios, se o alvo seleccionado é fiscalizado no início, meio ou fim da acção, etc.

No dia da acção são realizados briefings no início e fim da mesma e é preparada a intervenção no terreno e apresentados os resultados finais. □

¹ Direcção Geral de Contribuições e Impostos/Inspeção Tributária, Instituto da Segurança Social/Departamento de Fiscalização/Serviço de Fiscalização, Autoridade para as Condições do Trabalho, Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Inspeção Geral das Actividades Culturais, Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana.



Formação para a Adopção vai começar em 2009

Isabel Pastor

Sector da Adopção
Unidade de infância e Juventude
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.isabel.cardoso@seg-social.pt

A partir do próximo mês de Novembro aos candidatos à adopção, nacional ou internacional, será proporcionada uma formação específica com o objectivo de os acompanhar no processo de aprofundamento da sua motivação, promovendo um apoio eficaz para uma sólida construção de um projecto de filiação adoptiva. É esperado ainda que, em consequência da criação de uma nova mentalidade sobre o processo de avaliação da idoneidade para adoptar, este programa de formação possa contribuir para aliviar a ansiedade tantas vezes associada à avaliação e selecção de candidatos.

Os candidatos seleccionados receberão ainda uma formação para a parentalidade adoptiva que lhes permitirá por um lado uma adequada preparação para as dificuldades que poderão fazer-se sentir no momento da integração de uma criança e, por outro, adquirir um profundo conhecimento das crianças susceptíveis de ser adoptadas, das suas características e exigências específicas sem esquecer a preparação para as exigências acrescidas no caso da adopção internacional, tendo

em conta a integração de crianças com características étnicas, culturais muito diferentes.

Finalmente, também o acompanhamento do período de pré-adopção integra o núcleo da formação programada, com conteúdos especificamente orientados para o sucesso da aproximação da criança aos adoptantes e em que a partilha de experiências entre candidatos na mesma fase processual se afigura altamente enriquecedora.

A formação para a adopção, necessidade já há muito diagnosticada e enunciada por todos os que lidam a nível nacional com a problemática da filiação adoptiva, traduz também a concretização de recomendações contidas em instrumentos internacionais de que devem realçar-se a Convenção de Haia de 29 de Maio de 1993, relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adopção Internacional e a Convenção Europeia sobre Adopção de Crianças, cometendo aos Estados contratantes a obrigação de promover e apoiar o funcionamento de serviços de aconselhamento pré e pós adopção. □

Quiosques Multimédia nos Serviços de Atendimento da Segurança Social



Renato Celestino
Unidade de Gestão de Atendimento
Departamento de Prestações e Atendimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
Renato.A.Celestino@Seg-Social.pt

Com o arranque da terceira fase de divulgação do serviço Segurança Social Directa, prevista para Setembro de 2009 nos Quiosques de Atendimento presentes nos serviços ao público do Instituto da Segurança Social (ISS), lança-se mais uma campanha de dinamização dos canais de atendimento alternativos do ISS.

Em 2008, com a campanha “Segurança Social Directa nos serviços de atendimento” foi necessário a disponibilidade de um colaborador que efectuasse a abordagem directa ao cliente, de modo a incentivar a utilização dos quiosques multimédia. Assim, em Janeiro, através de um protocolo realizado entre o ISS e o Instituto Português da Juventude (IPJ) dava-se início à primeira fase de dinamização dos Quiosques Multimédia do ISS.

Foram objectivos do protocolo:

- Criar o programa “Jovens com a Segurança Social”;
- Implementar o voluntariado jovem ao nível da Segurança Social, melhorando a relação dos cidadãos/clientes com os serviços, numa lógica de reforço da cidadania e da coesão social;
- Acompanhar e informar os cidadãos/clientes sobre os serviços da Segurança Social.

Finalizada esta primeira fase, que teve a duração de seis meses, e atingindo-se os objectivos propostos, a Unidade de Gestão de Atendimento do ISS propôs o alargamento da campanha a cinco Lojas do Cidadão (Aveiro, Coimbra, Porto e Lisboa – Laranjeiras e Odivelas) com o propósito de diversificar a população alvo. Para o efeito foi necessária uma adenda ao protocolo realizado com o IPJ, de forma a garantir a continuidade dos jovens voluntários.

No acompanhamento realizado pelos jovens voluntários, estes convidavam os clientes a conhecer a Segurança Social Directa, através do Quiosque Multimédia demonstrando o ambiente do serviço Segurança Social Directa, a forma de adesão (que poderia ser feita de imediato) e as funcionalidades disponíveis.

Decorrido o protocolo celebrado com o IPJ, avançou-se para a segunda fase de divulgação da Segurança Social Directa nos Quiosques Multimédia, desta vez sem a colaboração dos jovens voluntários do IPJ, pelo facto dos Serviços de Atendimento a incluir serem de menor dimensão.

A terceira fase, que arrancará em Setembro de 2009, irá equipar mais 88 Serviços de Atendimento com os Quiosques Multimédia. A rede de atendimento do ISS passará a disponibilizar cerca de 212 Quiosques, o que representa 72% da rede de atendimento ao público.

Paralelamente, alguns procedimentos, como a obrigatoriedade da entrega da Prova Escolar pela Segurança Social Directa, referente ao ano lectivo 2009/2010, a previsível abolição das Declarações de Remunerações em disquete e papel (haverá excepções), fazem com que a importância da implementação dos Quiosques seja ainda maior.

A utilização dos canais alternativos de atendimento tem tido uma adesão crescente por parte dos clientes da Segurança Social.

O site transaccional, Segurança Social Directa, tem registado cerca de meio milhão de acessos por mês. Espera-se que a disponibilização destes Quiosques Multimédia nas salas de espera dos Serviços de Atendimento facilite muito o contacto do Cidadão-Cliente com a Segurança Social. □



O sucesso das Lojas do Cidadão é reconhecido pelo público em geral de tal forma que a procura, em alguns casos, excede a capacidade de resposta das entidades que aí se encontram. Trata-se de um conceito simples e ainda inovador cujo principal mérito é concentrar num único espaço várias entidades públicas, mas também privadas, o que permite ao Cidadão tratar de diversos assuntos no mesmo espaço.

Dentro deste conceito surgem as designadas Lojas do Cidadão de 2ª geração, que, para além de disponibilizar um serviço de qualidade ao Cidadão, integram a totalidade da resposta dada anteriormente ao nível do atendimento existente nesse concelho. Isto significa que, na generalidade das Lojas do Cidadão de 2ª geração, a Segurança Social, para além do Atendimento Geral, tem também disponível atendimento de Tesouraria e Acção Social. Em algumas destas Lojas do Cidadão de 2ª geração é ainda incluída a área de *Backoffice*, caso exista.

Esta modalidade de integração total dos serviços traduz-se também numa redução dos custos de manutenção na Administração Pública, pois a coabitação de várias entidades num único espaço reduz as despesas com determinadas prestações de serviços (limpeza, segurança, manutenção de equipamentos, etc.).

Em 2009 já foram inauguradas 5 Lojas do Cidadão de 2ª geração (Borba, Murça, Resende, Faro, Vimioso), que contam

com a presença da Segurança Social. Encontra-se também já em funcionamento a Loja do Cidadão de Esmoriz, em que a Segurança Social está representada ao nível do Balcão Multiserviços.

O Balcão Multiserviços é da responsabilidade da AMA (Agência para a Modernização Administrativa), entidade que gere as Lojas do Cidadão e disponibiliza vários produtos/serviços de entidades públicas com o intuito de aproximar a Administração Pública do Cidadão. Os colaboradores que exercem funções nestes Balcões Multiserviços articulam-se com o Serviço de Atendimento da Segurança Social do respectivo concelho, garantindo-se assim um tratamento dos processos igual a qualquer outro que tenha sido recepcionado nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.

A Segurança Social disponibiliza, ao nível do Balcão Multiserviços, diversos produtos que devido à significativa procura que apresentam (Pensões, Complemento Solidário para Idosos, Subsídio Social de Desemprego, Abono de Família, Cartão Europeu de Seguro de Doença, etc.) pressupõe-se serem uma resposta eficaz e dirigida às necessidades dos Cidadãos.

Prevê-se ainda no decurso de 2009 a abertura de mais Lojas do Cidadão, entre as quais se destacam a Loja do Cidadão de Cascais, Vila nova de Gaia, Óbidos, Serpa e Rio Maior. □

Guarda recebe 8.ª Edição do Prémio Jaime Filipe

Carlos Fernandes

Núcleo de Apoio à Gestão - SPCI
Centro Distrital da Guarda
Instituto da Segurança Social, I.P.
carlos.e.fernandes@seg-social.pt



Realizou-se no passado dia 16 de Julho, no auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico da Guarda, a cerimónia de entrega do Prémio Engenheiro Jaime Filipe 2008 – 8.ª Edição.

Organizada pelo Centro Distrital da Guarda e com a colaboração do Instituto Politécnico da Guarda (IPG), a cerimónia foi presidida pela Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, e para além dos homenageados desta 8.ª Edição, contou com a presença do Presidente do Instituto Politécnico da Guarda, Jorge Mendes, do Vogal do Conselho Directivo do ISS, António Nogueira de Lemos, de um representante da Metro do Porto, S.A., e do Presidente da Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica (APELA), Pedro Monteiro.

Enquanto convidados, estiveram também presentes representantes do Governo Civil, do Bispo, da Câmara Municipal da Guarda, dos 3 Centros de Emprego do IEFP no Distrito (Guarda, Seia e Pinhel), da Rede Social e de diversas IPSS.

O Prémio da edição de 2008 foi atribuído ao Eng.º Luís Filipe da Costa Figueiredo, pertencente à Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico da Guarda (IPG), com a concepção inovadora da aplicação Magic Eye. O uso da direcção do olhar para controlo de sistemas apontadores de selecção directa (como por exemplo, o cursor do rato) tem conhecido nos últimos anos notáveis desenvolvimentos. Atribuir uma função a um determinado movimento ocular abre um enorme leque de novas oportunidades a pessoas com graves limitações de controlo motor dos membros superiores, incluindo a própria cabeça. Comunicar é uma das grandes conquistas resultantes

deste tipo de soluções.

Luís Figueiredo, um “reincidente” por já ter ganho o prémio na 6.ª Edição, em 2006, com a aplicação MagicKey, afirmou que, tal como em 2006, o valor do Prémio, cinco mil euros, será integralmente investido no desenvolvimento da nova aplicação.

Nesta edição foi também atribuída a Menção Honrosa ao Metro do Porto, S.A. no âmbito do Projecto NavMetro. Este projecto é liderado pela Sociedade Metro do Porto S.A. em parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e a ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal. Trata-se de um sistema de navegação, via telemóvel, facilitador da orientação e mobilidade de pessoas com deficiência da visão dentro de estações de metropolitano. O sistema encaminha o utilizador para pontos de interesse existentes dentro de uma estação de metropolitano.

Na cerimónia foram conhecidos os testemunhos de dois utilizadores da aplicação Magic Eye, um deles Pedro Monteiro, Presidente da Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica e portador da doença, que embora mantenha intactas todas as faculdades mentais, provoca a atrofia muscular e nervosa e a impossibilidade de comunicar, deu o seu testemunho justamente com recurso ao Magic Eye.

Idália Moniz recebeu algumas mensagens, pedidos e desafios do premiado Eng.º Luís Figueiredo e do Presidente da APELA, que aceitou levar ao conhecimento dos destinatários, entre os quais o próprio Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Microsoft.

Origem do Prémio Engenheiro Jaime Filipe

Figura de grande dedicação e actuação na defesa do exercício de cidadania e integração social das pessoas em situação de dependência, o Eng. Jaime Filipe foi pioneiro na Engenharia da Reabilitação em Portugal e introduziu o conceito de Engenharia de Reabilitação e Ajudas Técnicas.

Em 1974 fundou o CIDEF – Centro de Inovação para Deficientes e, em 1978, criou na RTP o Programa Novos Horizontes. Em 2 de Maio de 1991 foi homenageado pelo Presidente da República, Mário Soares, com a atribuição do grau de Grande Oficial da Ordem de Mérito. Foi também um destacado inventor, tendo recebido vários prémios pelas suas invenções.

Este Prémio, evocado anualmente desde 2001, é uma homenagem ao Eng.º Jaime Filipe e distingue a melhor concepção inovadora nas áreas tecnológica e de *design*, promotora de autonomia, sendo escolhido por uma comissão constituída pelo Instituto da Segurança Social, o Instituto Nacional para a Reabilitação, a Direcção Geral da Saúde, a Associação Portuguesa de Criatividade, a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.

Objectivos gerais do Prémio

- Estimular a criatividade na área tecnológica e de *design*.
- Criar/desenvolver concepções inovadoras que contribuam para a prevenção e promoção da autonomia; a reparação das capacidades perdidas; a facilitação, optimização e prolongamento das capacidades físicas, psíquicas e sociais; e a melhoria da qualidade de vida.

Objectivos específicos do Prémio

- Contribuir para o aparecimento de concepções inovadoras de promoção de autonomia que facilitem a realização dos actos da vida diária das pessoas em situação de dependência e promovam a humanização da prestação de cuidados.
- Promover a criação e desenvolvimento de instrumentos e tecnologias que facilitem, optimizem e prolonguem as capacidades físicas, psíquicas e sociais e sejam garante de uma maior qualidade de vida.
- Estimular a adopção de medidas que previnam a promoção da autonomia e reparação das capacidades perdidas.
- Sensibilizar a sociedade, em geral, e o sector da indústria, em particular, para a emergência de um nicho de mercado pouco explorado, bem como para a necessidade de fomentar a comercialização de meios inovadores de promoção da autonomia a preços reduzidos.
- Estimular a criatividade na área tecnológica e de *design* num domínio pouco desenvolvido. □



Nuno Lourenço
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
nuno.j.lourenco@seg-social.pt

Segurança Social no Portugal Tecnológico 2009

A Segurança Social vai estar presente na Mostra Portugal Tecnológico 2009 que se irá realizar de 07 a 10 de Outubro das 11h00 às 21h00 no Pavilhão 1 da Feira Internacional de Lisboa - FIL, no Parque das Nações.

O objectivo é dar a conhecer os canais de atendimento da Segurança Social que podem ser utilizados via telefone e internet, assim como, a possibilidade de experimentar e aceder a esses serviços durante a Mostra.

A Segurança Social ao longo dos últimos anos tem vindo a melhorar o seu relacionamento com Empresas, Cidadãos e os diversos organismos de Estado.

O Portugal Tecnológico 2009 é uma Mostra que apresenta o que Portugal mudou no Plano Tecnológico Nacional e o impacto dessas mudanças no desenvolvimento do País, especialmente na transformação das relações entre os Cidadãos, Empresas e Administração Pública.

Contamos com a sua presença.

A entrada é gratuita. □



António Amaro Rodrigues
Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais
Instituto da Segurança Social, I.P.
antonio.amaro.rodrigues@seg-social.pt

A Especificidade das Doenças Profissionais e Complementaridade na Acção

A especificidade das doenças profissionais (D.P.) manifesta-se a nível do regime dos riscos profissionais, quanto aos acidentes de trabalho (A.T.), mas também no que concerne ao regime da segurança social: diagnóstico, caracterização e reparação da D.P., e ainda reabilitação e reintegração do doente.

A protecção dos infortúnios laborais, na primeira regulamentação desta matéria, em 1913, começou por ser a reparação dos A.T. Esta concepção foi evoluindo e foi-se admitindo que certas situações, não sendo embora A.T., mereciam o mesmo tratamento a nível de protecção social; tratava-se das D.P. que surgiram na segunda lei de bases de reparação dos infortúnios laborais na década de 30 do século passado.

A protecção das D.P. foi sendo autonomizada relativamente aos A.T. a nível institucional: passou da protecção privada para a segurança social, com a criação da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais; e a nível do próprio enquadramento material: a regulamentação própria deixou de estar submetida à legislação específica dos acidentes de trabalho. Passou a haver um base comum do regime jurídico (actualmente Lei n.º 100/97 de 13.Set.) com especificidade para os A.T. (DL n.º 143/99 de 30.Abr.), por um lado, e para as D.P. (DL n.º 248/99 de 2.Jul.), por outro.

Esta especificidade é facilmente apreensível: enquanto os A.T. ocorrem num tempo determinado, em certo dia, hora

ou segundo, aí tem início a situação de sinistrado e é nesse momento que se atinge o clímax da gravidade que, dum modo geral, vai melhorando até ser debelada ou consolidada a incapacidade. As D.P., por seu lado, "vão ocorrendo" paulatina e insidiosamente e quando se diagnosticam e caracterizam há a tomada de consciência que a incapacidade foi acontecendo numa soma de micro traumatismos que individualmente são irrelevantes, e foi obrigando o trabalhador/doente a um esforço acrescido no desempenho da sua actividade profissional. Assim, há necessidade de saber qual é o momento relevante para determinar a remuneração de referência, para determinar o momento a partir do qual há lugar a reparação e qual o grau de incapacidade.

Esta dúplici natureza implica especificidades das D.P. relativamente ao regime dos A.T., como se viu, mas também ao regime de protecção da segurança social.

A especificidade manifesta-se relativamente à prevenção: a prevenção da doença comum tem a ver com a saúde pública, é uma atribuição do Ministério da Saúde, enquanto a prevenção da doença profissional tem a ver com as condições de trabalho, é uma atribuição do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. A prevenção geral está a cargo da Autoridade das Condições de Trabalho e tem a ver, p. ex., com os equipamentos de protecção individual, com a protecção em ambientes

ruidosos causadores de surdez; com as poeiras perniciosas nos ambientes de trabalho causadoras de problemas respiratórios; com os ritmos de produção e repetição de movimentos causadores de problemas nas áreas músculo-esqueléticas. Mas para caracterização da doença como profissional é condição *sine qua non* estabelecer o nexo de causalidade entre o ambiente de trabalho e a doença: é esse “pormenor” que distingue a doença profissional da doença natural. O estabelecimento deste nexo causal é atribuição do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais (CNPRP), esta actividade não se confunde com a da ACT porque não se refere à prevenção em termos gerais mas a situações concretas duma pessoa determinada.

Também a nível de reparação há especificidade. As pensões (indemnizações por incapacidade permanentes) são correspondentes à incapacidade atribuída, variando 0% e 100% de acordo com a TNI – Tabela Nacional de Incapacidades; as incapacidades podem agravar, ser melhoradas ou debeladas (designadamente por intervenção cirúrgica ou ajudas técnicas); as pensões podem ser remidas. O processo é similar à atribuição de pensões por velhice ou invalidez mas tem um iter paralelo havendo interacção mas não sobreposição.

No plano de reabilitação e reintegração profissional uma função desde sempre prevista mas na prática nunca exercida devido aos constrangimentos a nível institucional – o CNPRP nunca chegou a criar qualquer estrutura com essas atribuições; a nível técnico – o CNPRP nunca adquiriu o *know how* necessário; a nível legal – esta área estava prevista para regulamentação especial (art.º 9.º do DL n.º 248/99, de 2.Jul.) e quando foi proposta a regulamentação autónoma foi publicado o Código de Trabalho e tal regulamentação foi adiada a fim de ser enquadrada na legislação complementar àquele código. Estas atribuições estão previstas nas alíneas f) e g) do art.º 25.º da Port. n.º 638/2007, mas nada foi pensado para dotar o CNPRP em termos de recursos humanos e competências nesta matéria. A promoção da criação e qualidade de emprego e combate ao desemprego, bem como da reabilitação profissional são atribuições do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), porém, a reabilitação e reintegração dos doentes profissionais está prevista para o CNPRP; também nesta valência há complementaridade tornando necessária articulação entre ambas as instituições.

A articulação entre instituições está prevista em regulamentação específica (Port. 333/84, de 02.Jun.) mas necessita de um élan com base nas novas perspectivas da segurança social em geral e dos riscos profissionais em particular. A implementação da legislação específica prevista no art.º 284.º do novíssimo Código de Trabalho é uma oportunidade de ouro nesta matéria. □

Doença Profissional de Foro Psiquiátrico foi tema das I Jornadas de Psiquiatria Prática em Medicina Familiar

Nos dias 27 e 28 de Março de 2009 decorreram na Ericeira, as Primeiras Jornadas de Psiquiatria Prática em Medicina Familiar, que abordaram vários temas relacionados com a Terapêutica da Depressão e Perturbações do Humor, a Terapêutica Ansiolítica e a Terapêutica Anti-Psicótica, as Doenças Profissionais e a Psiquiatria.

Do Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais (CNPRP), esteve presente o Director da Unidade de Certificação e Reparação, Pedro Pires, que apresentou uma comunicação subordinada ao tema: “Breve Classificação e Impacto das Doenças Profissionais em Psiquiatria”.

Este, abordou a questão das doenças profissionais do foro psiquiátrico no Capítulo X da Tabela Nacional de Incapacidades (TNI), a classificação das perturbações mentais e comportamentais adoptada pela TNI e a avaliação e fixação das incapacidades, “tarefa delicada e não isenta de alguma subjectividade”.

Para diminuir ao mínimo os riscos da subjectividade, é absolutamente necessário o recurso a exames complementares de diagnóstico tidos por convenientes, limitando-se tal como exige a TNI, “aos que possam contribuir de forma reconhecidamente útil para uma correcta formulação diagnóstica ou confirmação de um quadro psicopatológico que se afirme significativamente incapacitante”.

As doenças mentais mais frequentes são as perturbações da adaptação, reacção depressiva prolongada, perturbação do stress pós-traumático, perturbações da personalidade e do comportamento devidas a doença, lesão ou disfunção cerebral e perturbação orgânica da personalidade.

Como a esmagadora maioria dos participantes eram médicos de Medicina Familiar, Pedro Pires terminou a comunicação fazendo um apelo para que não deixassem de participar ao CNPRP todos os casos de presumível doença profissional do foro psiquiátrico. □



Quinze anos depois da primeira MANIFesta, Peniche foi palco do maior evento do desenvolvimento local e da economia solidária. Foram quatro dias de festa, de 21 a 24 de Maio, que juntaram inovadores sociais, decisores políticos e cidadãos. A Iniciativa Comunitária EQUAL participou activamente, com um amplo programa e um conjunto significativo de parcerias e empreendedores sociais reunidos em torno da “tenda Inovação Social”. O evento foi também palco para a apresentação daquele a que a Gestora da EQUAL, Ana Vale, chamou de “O Novo Paradigma para a Intervenção Social”.

“A Inovação Social como Oportunidade Nacional” foi o lema do programa de participação EQUAL na MANIFesta, que incluiu, entre outras actividades: uma mostra de soluções inovadoras EQUAL; uma conferência sobre Inovação Social com os especialistas internacionais em aprendizagem social e inovação social, Etienne Wenger e Andy Westwood; dois seminários “Inovar para o Desenvolvimento Sustentável do Território” e “Como usar as Plataformas e Novas Ferramentas de Comunicação para a Mudança Social”; várias oficinas temáticas e uma conversa aberta do público com Jorge Lacão, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Um novo Paradigma para a Acção

«Estamos neste momento em Portugal, em condições de lançar (até como uma resposta para a crise) as bases para um novo paradigma da intervenção social», afirmou Ana Vale, durante a sessão de abertura do programa EQUAL na MANIFesta. A mesma apresentou este novo paradigma para a acção, assente

em processos de inovação social, que reflectem, consolidam e dão sentido à experiência de milhares de empreendedores sociais nos últimos anos e em particular, aos oito anos de experiência EQUAL, que mobilizou muitos milhares de pessoas e organizações, e proporcionou um significativo desenvolvimento de competências, práticas e soluções de inovação social.

“Nós não temos a pretensão de dizer que o modelo EQUAL é o único modelo de promoção de inovação social mas temos a pretensão de dizer, com idêntica convicção, que o modelo EQUAL é uma forma eficaz de promover Inovação Social”, referiu a Gestora da Iniciativa, esclarecendo que Inovação Social significa sobretudo mudança. “Mudança das práticas, das pessoas e das organizações, para (...) responder de forma mais eficaz, aos problemas das comunidades e das pessoas mais desfavorecidas”. Para que essa mudança aconteça, é fundamental não desperdiçar o investimento já realizado, dando sustentabilidade à inovação social gerada no âmbito da EQUAL e assegurando a continuidade do investimento nesta área.

Segundo Ana Vale, este novo paradigma, que emerge de toda a experiência EQUAL, sintoniza-se com movimentos de participação, solidariedade e cidadania activa em todo o mundo. Por isso, sublinhou a Gestora da Iniciativa, ele orienta-se para a acção e para a mudança e tem um potencial organizador e mobilizador dos empreendedores para o combate à crise (ou crises) e para a construção de uma sociedade mais interessada na valorização das “pessoas” e do seu potencial criativo, expressivo e produtivo. □



Parque dos Poetas foi palco de mais uma edição da Barrigas de Amor

Realizou-se a 28 de Junho mais uma edição da Barrigas de Amor, no Parque dos Poetas, em Oeiras.

Já na sua 3ª edição, foi uma vez mais um pólo de atracção para grávidas e casais, que puderam esclarecer dúvidas na preparação para o parto e para a nova fase da sua vida, serem pais.

Num único espaço, a Barrigas de Amor reuniu todas as temáticas de maior relevância para a maternidade e paternidade. Ofereceu a todos os visitantes vários espaços dedicados à saúde, à puericultura, assim como ginástica, serviços e palestras inteiramente dedicados às grávidas, pais e bebés.

Estiveram presentes 1901 grávidas e cerca de 9000 visitantes, segundo números oficiais divulgados pela organização da feira. O Instituto da Segurança Social (ISS) esteve presente e promoveu a divulgação da nova Lei da Parentalidade.

Todos os visitantes tiveram ao seu dispor um stand do ISS para informações e esclarecimento de dúvidas relativas à parentalidade. A afluência foi muita e sempre no sentido de perceberem quais as alterações e benefícios reais desta Lei para os pais.

O ISS interveio na palestra subordinada ao tema “Legislação de Protecção à Maternidade e Paternidade” participando no directo da RTP 1, onde o Presidente do Conselho Directivo, Edmundo Martinho, reforçou o papel do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do próprio ISS, em

criar cada vez melhores condições e incentivos à natalidade através do aumento dos apoios à maternidade, paternidade e adopção. □





Programa SIMPLEX

Maria José Freire
Gabinete da Qualidade
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.jose.freire@seg-social.pt

Tentou-se elaborar um artigo no espírito do programa Simplex. Em vez do formato tradicional optou-se pela simplicidade do formato das FAQs: concretas e específicas. Aborda-se neste artigo o que é o Simplex, quais os seus objectivos, quais os impactos para o ISS e como se pode participar. Espera-se que desta forma abreviada possam tirar o maior proveito da informação. Este documento tem como referência o site <http://www.simplex.pt/>. Mais informação pode ser consultada no referido endereço.

Como surgiu o Programa SIMPLEX?

O Simplex surgiu da necessidade de correcção e simplificação da rigidez dos processos e procedimentos normativos e das práticas administrativas associadas à legislação em vigor, cujo impacto ou pertinência têm uma avaliação negativa.

A Comissão Europeia lançou as bases de um "Programa de Acção para a Redução dos Encargos Administrativos da Regulamentação existente na EU". O Conselho Europeu da Primavera de 2007 ratificou o referido programa e estabeleceu uma meta, para a União, de redução de 25% dos encargos administrativos que oneram as empresas. Portugal desenvolveu o seu próprio programa para concretizar este objectivo. A resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2008, veio integrar nos Programas Legislar Melhor e de Simplificação Administrativa e Legislativa – Simplex um compromisso para a redução de encargos administrativos para as empresas.

O que é o SIMPLEX?

O Simplex constitui um dos principais instrumentos de execução do compromisso assumido pelo Governo português.

O Simplex concretiza-se em programas anuais que integram o conjunto das medidas de simplificação administrativa e legislativas conduzidas pelos vários sectores da Administração pública central.

Quem é responsável pelo Programa SIMPLEX?

O Simplex é resultado de um trabalho que envolve todo o Governo. A coordenação da sua preparação e o acompanhamento da sua execução cabem ao Gabinete da Secretária de Estado da Modernização Administrativa, com o apoio técnico da Agência para a Modernização Administrativa e colaboração das Senhoras e Senhores Simplex de todos os Ministérios.

Quais os objectivos do SIMPLEX?

Orientar a Administração para uma resposta pronta e eficaz às necessidades dos cidadãos e das empresas constitui um objectivo subjacente a toda a simplificação legislativa e administrativa. Este esforço visa:

- Facilitar a racionalização e a eficiência da própria Administração Pública (AP), através partilha, colaboração e integração de organismos e serviços da AP;
- Aumentar a confiança dos cidadãos nos serviços e funcionários públicos, facilitando a sua vida, o exercício dos direitos e o cumprimento das obrigações;
- Obter mais rapidamente licenças e autorizações de que necessitam ou dispensá-las desses procedimentos;
- Favorecer a competitividade de Portugal, reduzindo os custos de contexto para o exercício de uma actividade económica.

O que são medidas SIMPLEX?

São medidas de simplificação que resultam da análise das várias actividades de um processo e têm como objectivo modificá-las, de tal forma que sejam reduzidos os custos de contexto para as empresas e/ou os encargos administrativos para os cidadãos.

A simplificação visa alguns objectivos genéricos:

- Diminuir o número de atendimentos presenciais
- Reduzir tempos de espera
- Minimizar o número de interacções relacionadas com o mesmo processo
- Prestar serviços na hora.

Que soluções concretas existem?

Enunciam-se alguns exemplos de medidas já implementadas:

- Eliminar ou fundir formulários
- Prestar serviços em balcão único – integração de serviços
- Criar canais alternativos para alguns passos do processo
- Disponibilizar guias e procedimentos on line
- Criar interlocutores únicos
- Segmentar processos em função do menor grau de risco ou de complexidade
- Simplificar a legislação
- Desmaterializar passos ou todo um processo
- Eliminar a duplicação de pedidos de informação e controlo.

Qual a evolução do Programa?

Desde 2006 o Simplex evoluiu no sentido de uma melhor selecção, responsabilização e validação política das medidas. Em 2007 acrescenta-se à preparação do Simplex os contributos de uma ampla consulta pública. A agregação e consolidação das medidas estiveram presentes desde 2008, altura em que se cria o Simplex Autárquico. Em 2009 insiste-se na agregação e surge o enfoque em sectores ou áreas específicas.

Qual o balanço do SIMPLEX?

	2009	2008	2007	2006
Medidas inicialmente programadas	200	189	235	333
Medidas integralmente cumpridas	—	137	183	280
Medidas parcialmente cumprida	—	29	18	15
Medidas não cumpridas	—	23	29	36
Medidas canceladas	—	—	5	2
Execução global do Programa	—	80,2%	83,5%	86,9%

Quais as medidas do SIMPLEX'08 relacionadas com o ISS?

- M059 – Simplificação das comunicações das empresas ao Estado
- M095 – Segurança Social Directa (SSD) - Novas funcionalidades
- M097 – Melhorar o atendimento na segurança social
- M098 – Financiamento às ajudas técnicas/tecnologias de apoio a pessoas com deficiências e incapacidades
- M099 – Registo de pedidos de ajudas técnicas/tecnologias de apoio a pessoas com deficiências e incapacidades
- M104 – Simplificação de meios de prova de beneficiários da assistência na doença a Militares
- M137 – Balcão Sénior
- M164 – Projecto CCE – Cartão de Cidadão Estrangeiro

- M084 – Simplificação das candidaturas à acção social escolar do ensino superior
- M096 – Pagamentos à Segurança Social (SS)
- M100 – Desmaterialização dos pedidos de ajudas técnicas/ Tecnologias de apoio a pessoas com deficiências e incapacidades
- M155 – Obrigações de informação no âmbito da lei da Imigração
- M157 – Melhorar o atendimento e o acesso à informação nos CNAI.

Quais as medidas do SIMPLEX'09 relacionadas com o ISS?

O Programa Simplex'09 dá visibilidade aos esforços de simplificação dos vários sectores da Administração pública, através de 200 medidas de simplificação: 46% destinam-se a cidadãos, 34% a empresas e as restantes 20% direccionam-se aos funcionários.

As medidas relacionadas directamente relacionadas com o ISS são:

- M022 – Subsídio parental através da SSD
- M031 – Título uniforme de residência
- M041 – Pagamento multi-canal à SS
- M044 – Comunicação electrónica de interrupção de gravidez e risco clínico para obter prestações sociais
- M037 – Informação cadastral de uma só vez.

Como se pode participar no SIMPLEX?

Através do prémio Ideia Simplex, um concurso de ideias que visa premiar as melhores ideias de simplificação legislativa e ou administrativa. Foram pedidas ideias simples aos colaboradores da Administração Pública. Ao todo, estiveram a concurso 313 ideias, sendo 281 a nível individual e 32 a nível colectivo, tendo sido admitidas todas as ideias que tivessem por objectivo reduzir os encargos administrativos para os cidadãos e ou empresas, e ou simplificassem os procedimentos na administração central e ou local. A avaliação das candidaturas foi feita por um júri.

Aos 3 primeiros premiados foram atribuídos prémios monetários. O 2º prémio coube a uma colaboradora do Instituto de Informática. Das 7 menções honrosas que mereceram ser destacadas uma foi atribuída a duas colaboradoras do ISS com a ideia de eliminar a obrigatoriedade de apresentação do comprovativo de escalão de abono de família, para efeitos de candidatura a apoios no âmbito da Acção Social Escolar. Para o ano haverá mais!

Outra forma de participação é através de envio de sugestões, disponível a todo o momento. □

Ideias Simplex. Quantas mais Melhor

ECCOS

Berlim recebe Conferência Europeia "Protegendo Crianças e Adolescentes da Violência Sexual com o foco nos novos Media: perspectivas para a Europa"

Realizou-se no dia 30 de Junho, em Berlim, a Conferência Europeia "Protegendo Crianças e Adolescentes da Violência Sexual com o foco nos novos Media: perspectivas para a Europa", na sequência do III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que entretanto tinha ocorrido no Rio de Janeiro, em Novembro de 2008. O Ministério Alemão para os Assuntos da Família, Cidadãos Sêniores, Mulheres e Jovens, assegurou a realização desta Conferência, visando reflectir sobre questões diversas, como sejam:

Qual o impacto da sexualização da sociedade nas crianças e jovens?

Que medidas de protecção para crianças e jovens poderão ser providenciadas para a Internet?

Quais as soluções que provaram ter sucesso na identificação e apoio às vítimas e que tratamento deverá ser garantido a jovens agressores?

Na sequência dos workshops, breves exposições e mesas redondas realizadas, foi possível identificar e perspectivar para a Europa, as grandes linhas de orientação para prevenir e combater o problema em questão, tendo de imediato sido elaborada uma importante Declaração final. Para a conhecer, bem como outros documentos relacionados e de relevante interesse, poderá ser consultado o site <http://www.child-protection-conference.org>.

Neste evento, em representação do Instituto de Segurança Social (ISS), participou Helena Simões, Chefe de Sector para a Qualificação do Acolhimento.

Helena Simões

Sector para a Qualificação do Acolhimento
Unidade de Infância e Juventude
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.constantino-simoes@seg-social.pt

Viseu abre novo Serviço Local em Vila Nova de Paiva

No dia 24 de Julho, o Centro Distrital de Viseu abriu um novo Serviço Local, para atendimento ao público. A funcionar em Vila Nova de Paiva, este serviço visa responder às necessidades dos cidadãos através de um atendimento personalizado e de qualidade.

O Director do Centro Distrital de Viseu, Manuel João Dias, esteve presente na abertura deste serviço e aproveitou a ocasião para visitar as instalações e conhecer as novas valências do mesmo.

Mariana Pereira

Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
Mariana.S.Pereira@seg-social.pt

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados promove seminários sobre "Maus-tratos a Pessoas Idosas em Contexto Institucional"

A violência contra as pessoas idosas constitui um problema de saúde pública e de direitos humanos que afecta a saúde, dignidade e cidadania, interferindo com as famílias, com os prestadores de cuidados e com a sociedade em geral. Trata-se de um problema social que expressa as suas matizes no contexto familiar e institucional.

Considerando a pertinência e actualidade do tema, a Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados (UMCCI) em parceria com o Instituto Nacional de Administração (INA), organizou seminários regionais com o objectivo de promover um espaço de reflexão e debate sobre a problemática dos maus-tratos a pessoas idosas e dependentes em contexto institucional e proporcionar aos profissionais das equipas de coordenação regional e local e das unidades da rede, grelhas de análise, formas de actuação e boas práticas.

Foram realizados sete Seminários, durante os meses de Maio e Junho, abrangendo um total de 404 participantes. A Sessão da manhã foi dinamizada por Helena Rato, do INA e por José Ferreira Alves, da Universidade do Minho. A tarde foi assegurada com os contributos dos especialistas espanhóis António Moya e Francisco Sanchez Corral, e por representantes do Instituto da Segurança Social (ISS) na UMCCI.

Os participantes ficaram muito satisfeitos com os Seminários, salientando o seu contributo para um desempenho profissional mais adequado, atento e de maior qualidade na prestação de cuidados quotidianos.

Sofia Rasgado

Unidade de Promoção de Autonomia
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
Sofia.i.cunha@seg-social.pt

Complemento Solidário para Idosos junto da população mais idosa

O Instituto da Segurança Social (ISS) definiu como uma das suas prioridades, para o ano de 2009, o combate à pobreza e exclusão social dos mais idosos. Neste contexto, foram dinamizadas diversas iniciativas das quais se destaca a utilização dos Postos Móveis de Atendimento (PMA).

Com esta iniciativa pretende-se chegar mais perto das populações que residem em localidades isoladas, facilitando-se assim o acesso à informação, à distribuição dos folhetos explicativos e aos formulários para a concretização dos pedidos.

Nestes PMA, desloca-se um colaborador do ISS, que através de um computador portátil, presta determinadas informações, bem como formaliza o pedido, caso o idoso o pretenda.

Os resultados alcançados no final do primeiro semestre, são bastante animadores e demonstram a utilidade desta acção para a população mais idosa, pois realizaram-se cerca de 2 900 atendimentos e foram entregues 812 requerimentos, nos 11 Centros Distritais envolvidos.

Maria Luísa Nogueira

Unidade Gestão do Atendimento
Departamento de Prestações e Atendimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.luisa.nogueira@seg-social.pt

Estudo de investigação sobre o universo das Instituições Particulares de Solidariedade Social

A Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (REAPN), em parceria com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) encontra-se a desenvolver um estudo de investigação sobre o universo das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), incidindo esta análise sobretudo sobre as actividades desenvolvidas, modelos organizacionais, recursos humanos, bem como as representações sociais sobre a pobreza e os pobres que os dirigentes destas instituições possuem.

Este estudo teve uma primeira aplicação em 1994 e passados 15 anos desta investigação, consideramos de toda a pertinência desenvolver uma nova investigação que permita registar as alterações verificadas no universo das Organizações não Governamentais (ONG's) em Portugal.

Para o desenvolvimento desta iniciativa contamos ainda com a colaboração financeira do Instituto da Segurança Social (ISS), no âmbito da parceria existente entre ambas as entidades.

A resposta a este questionário será feita on-line através do site www.reapn.org.

Sandra Araújo

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal
sandra.araujo@reapn.org

Assinatura da Revista Pretextos

Caro(a) Leitor(a),

Se pretende ser assinante da Revista Pretextos envie-nos o seu pedido para:

Redacção da Revista Pretextos

Rua Rosa Araújo, nº 43

1250-194 Lisboa

Fax.: 21 310 20 95

E-mail:..m.joao.quedas@seg-social.pt

Passará a recebê-la, gratuitamente, na morada que nos indicar, já a partir do próximo número!

Boas leituras!

Revista disponível para download em
www.seg-social.pt

Correio do leitor

Este espaço é dedicado ao Correio do Leitor. Diariamente chegam-nos pedidos de novas assinaturas da Revista Pretextos, pedidos esses acompanhados de palavras que nos incentivam a continuar o "projecto" PRETEXTOS que vai já no 35º número, com uma edição regular desde o ano 2000.

"Sou formanda em Serviço Social, e acho que esta Revista é crucial na nossa área".

"Sou aluno do 2º ano de Serviço Social e aprendo bastante com a vossa publicação Pretextos."

"Trabalho na área social e nesta área pretendo especializar-me. A vossa Revista será uma das muitas ferramentas que necessito para essa especialização."

Pode enviar os seus contributos para a Redacção da Revista:

Rua Rosa Araújo, nº 43

1250-194 Lisboa

Fax.: 21 310 20 95

E-mail:..m.joao.quedas@seg-social.pt

Sites Voluntariado

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
<http://www.voluntariado.pt/>



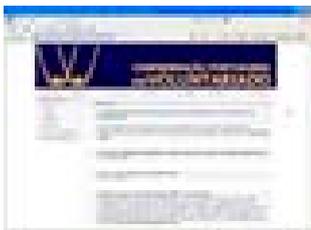
AMI - Voluntariado
<http://www.ami.org.pt/default.asp?id=p1p8p59&l=1>



União das Misericórdias Portuguesas - Voluntariado
<http://voluntariado.ump.pt/ump/>



APAV - Voluntariado Social
http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=106



Confederação Portuguesa do Voluntariado (Portugal)
<http://www.convoluntariado.pt/>



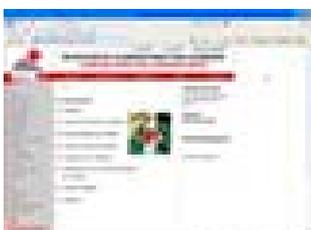
Fundação Eugénio de Almeida - Bolsa de Voluntariado
<http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/banco-voluntariado/homepage.asp?lingua=pt>



Portal da Juventude - Voluntariado
<http://www.juventude.gov.pt/Portal/Voluntariado/>



Intercultura Portugal - Voluntariado
http://intercultura-afs.pt/por_po/focus_on/volunteer



Cruz Vermelha Portuguesa - Voluntariado
http://www.cruzvermelha.pt/cvp_t/voluntariado/voluntariado.asp



Solidus - Voluntariado
<http://www.solidus.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=1>

Bibliografia Temática

Pessoas Sem-Abrigo

Alexandra César

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

ANTUNES, Teresa - **Um centro modelar para os sem abrigo**. Cidade Solidária. - Lisboa. - ISSN 0874-2952. - Ano 6, nº 10 (Julho 2003), p. 68-75.

A PRISÃO, O ASILO E A RUA - **A Prisão, o Asilo e a Rua**. Análise Social. - Lisboa. - ISSN 0003-2573. - Vol. 42, nº 185 (4º Trimestre 2007), p. 973-1079.

BUCK, Philip O. ; TORO, Paul A. ; RAMOS, Melanie A. - **Media and professional interest in homeless over 30 years, 1974-2003**. Analyses of Social Issues and Public Policy. - Oxford. - ISSN 1530-7489. - Vol. 4, Issue 1 (2004), p. 151-171.

CAEIRO, Teresa - **Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo**. Pretextos. - ISSN 0874-9698. - N.º 33 (Jan. 2009), p. 18-19.

CHAVEIRO, Conceição - **Trabalho com os sem abrigo na zona histórica da cidade de Lisboa : testemunho de uma experiência na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**. Cidade Solidária. - Lisboa. - ISSN 0874-2952. - Ano 6, nº 10 (Julho 2003), p. 76-83.

COSGROVE, Lisa ; FLYNN, Cheryl - **Marginalized mothers : parenting without a home**. Analyses of Social Issues and Public Policy. - Oxford. - ISSN 1530-7489. - Vol. 4, Issue 1 (2004), p. 127-143.

COSTA, Alfredo Bruto da ; BAPTISTA, Isabel - **Migrações e os sem-abrigo** : Portugal. Bruxelas : FEANTSA, 2003. 1 vol., pág. vár. : il. ; 30 cm.

DÓRDIO, Cristina - **Os sem abrigo e a saúde : uma pesquisa na busca de uma estratégia eficaz de Educação para a Saúde**. Cidade solidária. - ISSN 0874-2952. - Ano 8, nº 14 (Jul. 2005), p. 54-59.

ESTUDO DOS SEM-ABRIGO – **Estudo dos sem-abrigo**. Lisboa : Instituto da Segurança Social, 2005. 320 p. ; 30 cm. ISBN 972-99986-3-9.

GIL, Ana ; ALVARENGA, Filipa ; BAPTISTA, Isabel - **Sem-abrigo : um contributo para um diagnóstico**. Pretextos. - Lisboa. - ISSN 0874-9699. - N.º 24 (Dezembro 2006), p. 4-9.

GONÇALVES, Alda Teixeira ; MAIA, Maria José - **Campanha Não Deixe que a Pobreza se Transforme em Paisagem**. Pretextos. - ISSN 0874-9698. - N.º 28 (Dez. 2007), p. 25.

HALPENNY, Ann-Marie ; KEOGH, Anna Fiona - **A place for children? the needs of homeless young people**. Poverty Today. - Dublin. - ISSN 0791 0096. - N.º 57 (December 2002/January 2003), p. 7-9.

HODGETTS, Darrin ; CULLEN, Andres ; RADLEY, Alan - **Television characterizations of homeless people in the United Kingdom**. Analyses of Social Issues and Public Policy. - Oxford. - ISSN 1530-7489. - Vol. 5, Issue 1 (2005), p. 29-48.

HATCHETT, Bonnie F. - **Homelessness among older adults in a Texas Border Town**. Journal of Aging & Social Policy. - New York. - ISSN 0895-9420. - Vol. 16, nº 3 (2004), p. 35-56.

HUSBANKEN- **Adequate and secure housing for all : the role of the Norwegian State Housing Bank**. Grønland : Husbanken, 2006. - 14 p. : il. ; 30 cm.

IMIGRAÇÃO E SEM-ABRIGO - **Imigração e sem-abrigo**. Cais. - Lisboa. - nº74 (Março 2003), p. 4-57.

KIDD, Sean A. [et al.] - **Stories of working with homeless youth : on being "mind-boggling"**. Children and Youth Services Review. - New York. - ISSN 0190-7409. - Vol. 29, nº 1 (January 2007), p. 16-34.

LA SOCIÉTÉ FRANÇAISE ET SES FRACTURES - **La société française et ses fractures**. Le Cahiers Français. - Paris. - ISSN 0008-0217. - N.º 314 (Mai-Juin 2003), 102 p.

LES INDICATEURS SOCIAUX DANS L'UNION EUROPÉENNE - **Les indicateurs sociaux dans l'Union européenne**

Bibliografia Temática

: **avancement et perspectives**. Dossiers Solidarité et Santé. - Paris. - ISSN 0764-4493. - N° 2 (Avril-Juin 2004), 199 p.

LEVY, Jay S. – **Pathway to a common language : a homeless outreach perspective**. Families in Society. - Milwaukee. - ISSN 1044-3894. - Vol. 85, n° 3 (July-September 2004), p. 371-378.

MUÑOZ, Manuel ; VÁSQUEZ, Carmelo ; VÁZQUEZ, José Juan - **Population sans abri et vulnérables à Madrid**. Population. - Paris. - ISSN 0032-4663. - Vol. 59, n° 1 (Janvier-Février 2004), p. 133-146.

OS SEM ABRIGO - **Os sem abrigo : dossier**. Rediteia - Rede Europeia Anti-Pobreza. - Porto. - ISSN 1646-0872. - N° 36 (Julho-Dezembro 2005), p. 21-45.

PAIS, José Machado - **Nos rastros da solidão : deambulações sociológicas**. Porto : Ambar, 2006. 373, [2] p. ; 25 cm. - (Enciclopédia moderna. Sociologia ; 10).

PEDROSO, Flôr - **Uma coisa é perder, outra é nunca ter tido**. Cidade Solidária. - Lisboa. - ISSN 0874-2952. - Ano 7, n° 11 (Julho 2004), p. 36-43.

SÁNCHEZ MORALES, Mª Rosario ; VÁSQUEZ, Susana Tezanos - **Los inmigrantes sin hogar en España : un caso extremo de exclusión social**. Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. - Madrid. - ISSN 1137-5868. - N° 55 (2004), p. 45-64.

ROMPER O CICLO DA EXCLUSÃO – **Romper o ciclo da exclusão**. Cidade Solidária. - Lisboa. - ISSN 0874-2952. - Ano 8, n° 14 (Julho 2005), p. 3-136.

SANS-DOMICILE - **Sans-domicile**. Economie et Statistique. - Paris. - ISSN 0336-1454. - N° 391-392 (2006), p. 3-175.

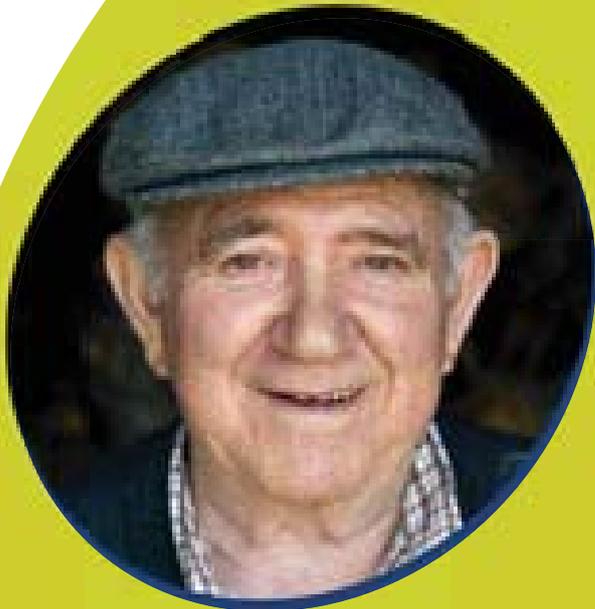
SARAIVA, João ; MIGUEL, Nuno - **Toxicodependentes sem abrigo : uma experiência de estabilização e encaminhamento**. Toxicodependências. - Lisboa. - Ano 10, n° 1 (2004), p. 3-14.

SILVA, Natalina - **Factores de pobreza e exclusão social : categorias sociais vulneráveis**. Pretextos. - Lisboa. - ISSN 0874-9699. - N° 29 (Março 2008), p. 5-8.



**AGORA
JÁ NÃO PRECISA DE IR À
SEGURANÇA SOCIAL PARA
SER ATENDIDO**

A distância mais curta para a Segurança Social



COMPLEMENTO
SOLIDÁRIO
PARA IDOSOS

**SÓ PARA QUEM
MAIS PRECISA.**

www.seg-social.pt
www.portalsaude.pt

Sabia que pode aumentar a sua reforma e ter mais apoio na saúde?

Informe-se:

Nos serviços da Segurança Social sobre o Complemento Solidário para Idosos;

No Centro de Saúde onde está inscrito sobre os Benefícios Adicionais de Saúde;

Ligue 808 266 266.

Segurança Social agora e sempre



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.